

RELAÇÕES DE TRABALHO NOS TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA¹

RELACIONES LABORALES EM LOS TERRITORIOS DE LA REFORMA AGRARIA

Nei Orzekovski²

neiorze@yahoo.com.br

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo realizar uma reflexão acerca das contradições e perspectivas que permeiam os trabalhadores da luta pela terra numa região específica. Para isso, são considerados neste estudo a experiência concreta e o contato direto com o meio. Analisando elaborações teóricas e percorrendo algumas discussões clássicas e contemporâneas sobre os sujeitos trabalhadores do campo, este ensaio busca levantar questões e posicionar-se diante do assunto. Sabendo que os trabalhadores da luta pela terra ocupam espaço de destaque na atualidade e que são protagonistas da luta de classes, pretende-se levantar elementos da realidade e relacioná-los com as elaborações teóricas em torno do trabalho camponês e do trabalho assalariado, realizando aproximações às tensões teóricas existentes e refletindo sobre o fortalecimento da classe trabalhadora. Pretende-se também avançar a elaboração deste estudo no sentido político desta articulação e sua importância no contexto político atual.

PALAVRAS CHAVE: Trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado e classe trabalhadora.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es realizar una reflexión acerca de las contradicciones y perspectivas de los trabajadores en búsqueda por la tierra en una región específica. Así, son considerados en este trabajo la experiencia concreta y el contacto directo con el medio. A partir del análisis de algunas teorías y recurriendo algunas discusiones clásicas y contemporáneas sobre los sujetos trabajadores del campo, este ensayo intenta levantar cuestiones buscando una posición delante del asunto. Como es sabido, en la actualidad, los trabajadores en lucha por la tierra encierran un espacio importante en la sociedad y son protagonistas de la lucha de clases. Por eso, este trabajo se configura como una herramienta de búsqueda por elementos de la realidad a fin de relacionarlos con las teorías sobre el trabajo asalariado, realizando aproximaciones a las tensiones teóricas existentes y reflexionando sobre el fortalecimiento de la clase trabajadora. Se pretende también, tras su importancia en el contexto actual, avanzar este estudio en su sentido político.

PALABRAS CLAVE: Trabajo, trabajo campesino, trabajo asalariado, clase obrera.

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), sob a orientação do Prof. Antonio Thomaz Junior.

² Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP. Cátedra UNESCO / UNESP em Educação e Desenvolvimento Territorial.

Trabalho camponês e trabalho assalariado nos territórios da Reforma Agrária

Estudar os teóricos para entender as categorias como trabalho, trabalho camponês, trabalho assalariado, classe trabalhadora em suas particularidades, é fundamental no sentido de aprofundar e estreitar as articulações em torno das classes sociais e das relações de trabalho no campo. Para entender o trabalho camponês, precisamos ampliar o conhecimento em torno do trabalho e das formas e relações de trabalho no campo. Com o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no campo brasileiro, surgem novas contradições, resultado das mudanças das relações de trabalho estabelecidas entre os camponeses e os assalariados no campo. Essas contradições afetam e alteram diretamente as classes sociais e a luta de classes no conjunto da classe trabalhadora ampliada³.

O esforço desse estudo é entender, a partir de alguns autores e de pesquisas de campo, o debate das categorias citadas e esclarecer a compreensão do trabalho camponês e do trabalho assalariado, suas relações e múltiplas determinações apresentadas nas contradições da luta de classes no campo e na sociedade brasileira. Perceber as relações dos trabalhadores Sem Terra, sejam pequenos burgueses, camponeses ou assalariados, esses agentes de transformação⁴ do conjunto da classe trabalhadora, é o grande desafio.

“Na verdade, somos desafiados a ampliar os horizontes de compreensão sobre a constante passagem da condição de assalariado (operário puro e proletário) para informais, da mesma maneira que setores do campesinato, não com a perda/negação do *status* de rebeldia e de capacidade de lutar contra o capital, mas de mudança na forma, no conteúdo e nos procedimentos de reação e resistência da classe trabalhadora. Pensamos que não é propriamente com o enquadramento do trabalho à categoria de semiproletário, *lumpen*, como demarcação para continuar mantendo o distanciamento desses contingentes da composição da classe trabalhadora, assim como com a defesa de seu descentramento, porque senão nos escapará o entendimento do rico e contraditório processo de redefinição das lutas e o conteúdo da dinâmica geográfica atual do trabalho, da renovação da composição da classe trabalhadora no século XXI”. (THOMAZ JUNIOR, 2006, 45).

No atual estágio do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, podemos afirmar que a situação da correlação de forças no campo é muito favorável à burguesia agrária, empresarial; e desfavorável aos camponeses e aos assalariados do campo. Essa lógica tende a radicalizar a exploração do campesinato e dos trabalhadores assalariados.

3 Thomaz Junior, cf. texto Se camponês se operário.

4 Mészáros, 2007. O desafio e o fardo do tempo histórico.

Nota-se que o desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro vem crescendo permanentemente e que o capital no campo a cada dia precisa menos da massa camponesa e dos assalariados rurais, uma vez que, necessitam de mão de obra mais qualificada. Portanto, podemos afirmar que essa forma de organizar a produção diminui os trabalhadores no campo. Por outro lado, a massa de trabalhadores camponeses são "obrigados" a migrarem para outros setores.

É importante ressaltar que o desenvolvimento capitalista no campo foi e continua sendo financiado pelo Estado. As grandes empresas capitalistas estrangeiras foram se consolidando com a apropriação de recursos públicos, obtendo diversas formas de subsídios, alterando as leis brasileiras, como por exemplo, a lei dos transgênicos e, recentemente, a aprovação da reforma do código florestal. Esses fatores contribuíram para a consolidação e ampliação deste modelo de agricultura. O discurso de ser uma agricultura moderna com alta produtividade e geração de empregos é propagandeado todos os dias, com o objetivo de convencer a opinião pública desse projeto de desenvolvimento.

Mesmo sabendo que o agronegócio é uma falácia, que a lógica capitalista é destrutiva, que é um projeto com muitas contradições, resulta difícil combatê-lo. A luta contra hegemônica, mesmo sendo justa, se desenvolve de forma mais lenta, com avanços e retrocessos. Nesse sentido, os trabalhadores do campo cumprem um papel estratégico, não somente como resistência, mas principalmente com possibilidades de combater a lógica destrutiva do capitalismo. Existem possibilidades de reorganizar as formas de trabalho no campo e desenvolver um processo de participação dos sujeitos, "se camponês se operário"⁵, onde possamos ter trabalhadores com consciência de classe, com clareza do processo das lutas e das articulações com todos os explorados pelo sistema capitalista.

O agronegócio, como forma de organizar a produção no campo, fortalece a burguesia agrária como classe dominante e também as relações capitalistas de produção. O que precisa ficar claro é que esse é o projeto do Estado brasileiro, fortalecido nas últimas duas décadas⁶.

5 Cf. THOMAZ JUNIOR, 2008.

6 Com a crise do neoliberalismo, do livre mercado, o Estado brasileiro veio subsidiando o agronegócio, principalmente nos governos Lula e Dilma, mostrando claramente a opção de classe do atual governo.

“Com efeito, isso tudo ganha em intensidade nos últimos anos, especialmente devido à inexistência de políticas públicas de reforma agrária e projetos do Estado e dos governos que não privilegiam alternativas de interesse dos trabalhadores, porém consolidam o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas, e de trabalhadores que se veem constantemente ameaçados, em conformidade com os interesses do capital e do Estado”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, 76).

Para "os pobres do campo"⁷ está restando políticas públicas compensatórias, como forma de manter os trabalhadores sob o controle do Estado, o que nos faz concluir que essa lógica faz parte da estratégia dominante. Quase a totalidade das políticas públicas compensatórias amortecem as lutas populares, diminui a luta pela terra e enfraquece os movimentos populares.

A grande maioria dos trabalhadores camponeses e familiares segue como exemplo a lógica da burguesia agrária, reproduzindo o modelo dominante, utilizando tecnologia, sementes, agrotóxicos, tornando-se dependentes do modelo dominante, assume o projeto capitalista nas unidades de produção camponesa e familiares, reproduz a forma de produção nas pequenas propriedades tendo como referência as grandes propriedades do agronegócio.

“Em meio a esse turbilhão, reproduzem-se relações capitalistas e não essencialmente capitalistas para garantir o projeto hegemônico do capital, a dominação de classe e o controle social. O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, 76).

De forma indireta, os camponeses reproduzem relações de produção capitalistas no momento que usam todos os insumos produzidos pelas empresas capitalistas. O sentido amplo de entender a reprodução das relações capitalistas (além do trabalho assalariado), parte do entendimento que o capitalismo se reproduz de diversas formas, considerando-se as diferenças de uma região para outra, mas quando uma família camponesa utiliza os

⁷ Artigo escrito por Lênin. Citei em sua homenagem.

produtos produzidos pelo agronegócio, ele reproduz diversas relações capitalistas anteriores e segue a mesma lógica, mesmo sem contratar mão-de-obra assalariada.

Também podemos analisar os assalariados rurais que na sua maioria vivenciam processos de exploração da sua força de trabalho de forma desumana, degradante, precarizada, e perdem alguns direitos conquistados anteriormente. Cada vez mais os assalariados rurais são precarizados, muitas vezes perdem sua capacidade de ser sujeito ativo na luta de classes, perdem sua capacidade de se rebelar por medo de perder o único trabalho que lhe sobrou.

Os trabalhadores assalariados no campo brasileiro, na maioria das vezes não têm um território fixo, são migrantes, vivem de um lugar para outro em busca de um salário melhor. Essa realidade dificulta a organização dos assalariados rurais, uma vez que, esse tipo de organização geralmente apresenta uma estrutura definida e localizada, a qual, geralmente não acompanha o movimento e a dinâmica destes trabalhadores.

Os territórios camponeses e os territórios da reforma agrária são fixos, muitas vezes frutos da luta pela terra, mas mesmo assim temos uma especificidade importante que precisamos analisar com bastante profundidade. Esses territórios não são homogêneos, muito pelo contrário, são bastante desiguais e com várias particularidades locais. O esforço é destacar questões relevantes para compreender as relações das formas de trabalho que se aproximam dos territórios da reforma agrária.

A centralidade em estudar o processo de trabalho nos territórios da reforma agrária, suas relações com o modelo de produção capitalista, compreender as relações de produção e de trabalho, trabalho camponês e trabalho assalariado, trabalho precarizado, buscando entender a resistência e os enfrentamentos dos sujeitos que lutam pela terra e por trabalho, são questões estratégicas na luta de classes e no desafio de construir um projeto contra o capital. Essas categorias clássicas se apresentam nas discussões teóricas e se materializam de várias formas nos territórios da reforma agrária.

As influências da produção capitalista, seja na grande ou na pequena propriedade, foram alterando as relações de produção e as relações sociais das comunidades do campo. Dessa forma, o processo de produção capitalista e de reprodução da lógica capitalista, na medida em que se utilizam, na pequena propriedade, do mesmo modelo da grande propriedade, resultam na transformação das relações sociais, dos valores e do modo de vida

camponesa, ou seja, ocorrem transformações na forma do trabalho camponês e na família camponesa.

Essa questão é observada quando os camponeses utilizam o pacote tecnológico da grande propriedade, pois, a partir do momento em que são produzidas pequenas monoculturas, o modo do trabalho familiar é alterado. Assim, temos um processo de mudanças da forma de trabalho e das relações sociais antes estabelecidas, de forma bastante lentas, porém permanentes. A família vai diminuindo a produção de alimentos e começa arrendar pequenas porções de terra, o que culmina na busca pelo trabalho de forma assalariada, mesmo vivendo inicialmente na comunidade camponesa.

Outro fator que se apresenta nesses territórios é o trabalho precarizado, seja na forma do trabalho camponês ou nas diversas formas de trabalho assalariado. Todos sabem que o trabalho no campo, principalmente quando não se tem tecnologia apropriada, é bastante árduo e difícil. Enfrentar as várias estações da natureza, somente com os braços, é um esforço algumas vezes "sobrenatural", e na maioria das vezes precisam contar com a sorte para ter uma boa colheita. Essa realidade desumaniza a forma de trabalho camponês, precariza as relações sociais estabelecidas e faz com que o trabalhador desse processo desanime e procure outras formas de trabalho. Nesse sentido, os trabalhadores camponeses buscam outros caminhos, tentam ter mais estabilidade, buscam aumentar sua renda e vão se assalariando, talvez não por gostar, mas como uma necessidade de estabilidade financeira, "faça chuva ou faça sol tem um ganho"⁸.

As formas de trabalho assalariado que restam aos camponeses também são precarizadas. O esforço braçal desses trabalhadores, muitas vezes, é efetivado como se esses ainda estivessem no campo, mas, a busca pelo salário no final de cada mês e a garantia do valor fixo, faz com que se submetam. Infelizmente, esses trabalhadores não levam em conta a precarização no trabalho. Portanto, cabe questionar o que faz esses trabalhadores (camponeses ou ex-camponeses, precarizados ou não), se submeterem a um salário, muitas vezes, tão baixo e não se mobilizarem?

Destacamos nos territórios da reforma agrária⁹, contradições existentes nas relações de trabalho, principalmente nos assentamentos consolidados há vários anos, trabalhadores que conquistaram a terra através da luta pela reforma agrária. Esses trabalhadores enfrentam, resistem e reproduzem o modelo do agronegócio. Várias experiências de

8 Fala de um camponês entrevistado no assentamento Contestado-Lapa Pr.

9 Acampamentos e assentamentos, nessa análise vamos destacar aqueles sob influência política do MST.

trabalho camponês nas comunidades são sufocadas pela hegemonia capitalista, que se materializam com o uso do pacote tecnológico, do trabalho assalariado e do arrendamento da terra para os camponeses capitalizados. Outros camponeses resistem à imposição do agronegócio e procuram algumas alternativas de produção, como por exemplo, a produção agroecológica. Essa reflexão apresentada é colocada em uma perspectiva política, pois nos assentamentos vivem trabalhadores, homens, mulheres, crianças que sonham e lutam por dignidade para todos aqueles que vivem do trabalho, como os próprios Sem Terra. Contradições que merecem um debate amplo com todas as forças populares, na perspectiva do fortalecimento das alianças da classe trabalhadora.

De forma geral, os territórios da reforma agrária são compostos por vários sujeitos importantes na luta política: pequenos burgueses, camponeses e assalariados, ou seja, trabalhadores que com seu próprio trabalho garantem o sustento da família.

Podemos destacar três níveis de trabalhadores nos assentamentos: primeiramente, temos o grupo daqueles que geram renda excedente, talvez esses se aproximem dos camponeses pequenos burgueses¹⁰; o segundo grupo são aqueles que reproduzem a vida camponesa, ou seja, trabalham em sua posse¹¹ e buscam reproduzir-se com sua própria produção; e o terceiro são os assalariados, os quais não somente vendem a força de trabalho para outros assentados, como também trabalham para os vizinhos mais capitalizados, e ainda, na conjuntura atual, vão trabalhar nas cidades em várias frentes de trabalho e para as grandes empresas do agronegócio. Marx (1988) faz a classificação das classes sociais de forma mais ampla na sociedade, porém se fizermos um recorte para o campo, essas elaborações contribuem para relacionarmos com o conjunto das classes na sociedade capitalista.

“Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção”. (MARX, 1988, p.99).

Marx tenta simplificar a explicação das classes sociais na referência acima, porém, não deixa claro onde estão os camponeses. Podemos interpretar e reforçar que os

10 Camponeses capitalizados que reproduzem as formas de produção do agronegócio.

11 Posse se diferencia de propriedade nos assentamentos da Reforma Agrária, se utiliza muito com os trabalhadores Sem Terra.

trabalhadores de simples força de trabalho são os operários assalariados, independentemente de serem do campo ou das cidades; quanto aos proprietários de capital, podemos afirmar que são a burguesia capitalista e as transnacionais do agronegócio. Mas quem são os proprietários de terras? Os latifúndios? Como ficam os pequenos camponeses e os assentados, nessa base teórica?

A preocupação de Marx era entender a sociedade burguesa e a preocupação deste ensaio está centrada no entendimento das relações de trabalho e da classe no campo hoje, principalmente os trabalhadores Sem Terra.

O primeiro grupo de trabalhadores **Sem Terra assentados, os pequenos burgueses**, podemos classificar a partir da concepção de Lênin como pequena burguesia, porque são aqueles que se capitalizaram, com máquinas, uso de alta tecnologia para o plantio e normalmente exploram outros assentados e arrendam o lote dos vizinhos. De fato, esses trabalhadores obtêm uma renda da terra maior, pois se apropriam da terra e do trabalho dos outros camponeses, conseguem plantar uma maior extensão de terra, principalmente porque são capitalizados, são mais estabilizados economicamente. É interessante observar que esses são muito mais individualistas, inserindo-se no mercado capitalista e, além de reproduzirem a ideologia capitalista, são os primeiros a se tornarem contra a organização, se articulam com as cooperativas do agronegócio e com partidos e organizações da classe dominante.

Mesmo assim, continuam "camponeses capitalistas", assumem uma posição de classe conservadora. Esses sujeitos estão presentes nos territórios da reforma agrária e no campo brasileiro, não são grandes proprietários, mas fazem de sua pequena propriedade uma "grande fazenda". Para essa contradição, qual é a denominação conceitual para esses sujeitos? Reforço que são camponeses burgueses, com certeza diferente dos camponeses da Rússia, mas presentes no contexto atual brasileiro.

O segundo grupo de **trabalhadores Sem Terra assentados, os camponeses**, são aqueles que reproduzem em seu lote de terra com muitas dificuldades e muito trabalho. Esses trabalhadores conseguem produzir para o autoconsumo e em algumas vezes produzem um pouco de excedente para comprar outras mercadorias que não produzem na terra. A renda mensal produzida por esses trabalhadores é muito pequena, às vezes é muito menor que um salário mínimo. Vivem abaixo da linha de pobreza. Parte desses trabalhadores é beneficiada pelas políticas públicas compensatórias, principalmente o

programa bolsa família e a aposentadoria rural que servem como rendas complementares. Essas famílias normalmente têm alguém que vende sua força de trabalho, ganha um salário e investe na melhoria de sua casa ou mesmo de sua produção, com a expectativa de produzir mais na próxima safra.

A maioria desses trabalhadores sonha em se tornar pequenos burgueses, portanto, vão reproduzindo a mesma lógica capitalista, alguns fazem o plantio utilizando a tecnologia do agronegócio, usam as mesmas sementes, fertilizantes, agrotóxicos, acabam dependendo e reproduzindo e muitas vezes se afundam em dívidas, esse processo é meio caminho para arrendar sua terra e no ano seguinte se assalariar temporariamente.

O outro passo é vender a terra conquistada e se proletarizar nos centros urbanos. Mesmo os Sem Terra camponeses, que produzem baseados numa matriz agroecológica, algumas vezes têm seus filhos buscando trabalho fora do assentamento, quase sempre com o objetivo de ter um salário, uma renda maior, mas também em busca de espaços de diversão e lazer que muitas vezes não encontram nos territórios da reforma agrária. Também por querer fugir do trabalho camponês, historicamente rebaixado pela classe dominante. Na realidade, a tendência principal da maioria dos Sem Terra camponeses é fazer parte do terceiro grupo, ou seja, tornarem-se assalariados.

O terceiro grupo de **Sem Terra assentados, os assalariados**, são aqueles que não vivem mais da renda da terra, pois não conseguem produzir o suficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. Estes, geralmente não conseguem acessar os créditos, pois, na maioria das vezes, não conseguem produzir o suficiente para pagar as dívidas do ano anterior.

Outro fator importante desse grupo é a ilusão de que usando e reproduzindo a lógica do agronegócio teria uma renda maior. Essa falsa ideia faz o trabalhador não se preocupar com a diversificação da produção de alimentos, ou seja, dependem totalmente do mercado, e quando a produção é baixa, a crise e a falta de alimentos faz com que os camponeses busquem trabalho externo, o que culmina no arrendamento dos lotes e na venda da sua força de trabalho. Assim, mesmo que esses camponeses ainda mantenham o lote de terra conquistado pela luta, eles estão condenados a deixar os assentamentos, aumentando a população urbana nas periferias das grandes cidades.

Esses trabalhadores já não vendem mais sua força de trabalho internamente nos territórios da reforma agrária, muitos trabalham no corte da cana, da madeira, nas usinas de

beneficiamento e nas madeireiras, se integram ao mundo do trabalho urbano, principalmente na construção civil, no setor de serviços e poucos se integram nas indústrias. Parece-me que a citação de Lênin (1988), explica a situação do campesinato russo no início do século XXI, mesmo sendo do século passado, algumas características se aproximam da realidade dos trabalhadores do campo na atualidade, principalmente quando analisamos os trabalhadores Sem Terra.

“ ‘O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra.’ Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas. (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo”. (LÊNIN, 1988, p. 116).

O esforço em classificar os trabalhadores Sem Terra na perspectiva clássica é devido à importância política construída por esses trabalhadores no momento histórico atual. Devemos levar em conta que essas formas de trabalho nos assentamentos se alteram, pois em algumas regiões se destacam mais a pequena burguesia nos assentamentos; em outras, os camponeses se reproduzem; e, em outras ainda, o assalariamento é maior. Existem de fato essas diferenças de um assentamento para outro. A realidade das formas de trabalho nos territórios da reforma agrária não é homogênea em todos os assentamentos.

Esse processo não é algo particular nos territórios da reforma agrária, pois os territórios camponeses e as comunidades do campo passam pelo processo de desterritorialização. Observamos nas pesquisas de campo (comunidades camponesas do município da Lapa-PR - Paiquere, Floresta São João e Pedra Lisa e Município de Bituruna-PR - Saltinho e Assentamento Rondon), que nas últimas décadas muitas comunidades do Sul do Paraná estão sendo esvaziadas. Pequenos camponeses arrendam suas terras para grandes produtores do agronegócio, situação essa que reforça a perda da identidade camponesa. Algumas famílias vão para os acampamentos e ocupações de terras, mas a grande maioria sai em busca de trabalho, no plantio e corte de pinus e nas madeireiras locais, e outros saem para trabalhar nas periferias das grandes cidades do Paraná e de Santa Catarina, onde buscam principalmente a construção civil e os diversos trabalhos informais.

Podemos destacar o desenvolvimento capitalista na agricultura como grande impulsionador dessas diferenças na agricultura camponesa e, nesse caso, do campesinato de forma geral, e mais especificamente ainda nos territórios da reforma agrária. Com todas as contradições do capitalismo na agricultura e todas as lutas de resistência dos movimentos camponeses, o que é real é o processo de expulsão dos camponeses de suas terras e a concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários e empresas agrícolas. Nas regiões em que o capitalismo é mais desenvolvido, na agricultura percebe-se a diminuição do campesinato.

Na medida em que os camponeses se apropriam do uso da tecnologia, principalmente das máquinas e do pacote tecnológico, diminuem o trabalho familiar, ou seja, o trabalho que era realizado pelos filhos e filhas dos camponeses é substituído pelo uso da tecnologia. Por outro lado, a tecnologia, que deveria ajudar a libertar os camponeses do trabalho precarizado do dia a dia, propiciando a realização de outras atividades que ampliassem seu nível de conhecimento, infelizmente não ocorre. Talvez a questão mais complicada seja o tipo (ou qual tipo?) de tecnologia os camponeses utilizam. Está muito claro que o modelo tecnológico não foi pensado para a pequena propriedade. Na medida em que o pequeno agricultor utiliza a tecnologia pensada para as grandes propriedades, acaba perdendo sua identidade e capacidade de manter o núcleo familiar. A forma do trabalho camponês se desorganiza e são estabelecidas outras relações sociais diminuindo a capacidade de resistência.

Esse processo do desenvolvimento do capitalismo no campo altera as relações sociais nas comunidades camponesas, diminui a capacidade de resistência na medida em que o campo vai ficando cada dia mais esvaziado, e parte daqueles que se mantêm no campo se assalariam como forma de elevar a renda familiar.

Segundo algumas entrevistas realizadas nessa região e observando os camponeses, principalmente os jovens, que saem trabalhar de forma assalariada e que conseguem uma renda maior que no campo, regressando somente para visitar suas famílias, nota-se a perda da identidade camponesa. A reprodução de vícios e desvios impostos pelo sistema capitalista surge de forma gritante, como por exemplo, o consumo de álcool, o estilo de músicas, o modo de vestir. Pode ser que esses elementos da cultura não sejam centrais na análise do trabalho, mas implicam numa contradição difícil de resolver nas comunidades, as quais precisam ser estudadas com mais profundidade.

O modo de vida camponês é brutalmente modificado, pois as contradições que surgem nessa relação alteram os valores, a identidade dos camponeses e a consciência dos trabalhadores nas comunidades camponesas, gerando modificações na vida dos sujeitos envolvidos nessa realidade. Isso significa o fim do campesinato? Todos os camponeses vão se tornar assalariados? É possível ser camponês e assalariado ao mesmo tempo? Será que essa realidade está indicando a necessidade de ampliar a compreensão da classe trabalhadora? Como construir alianças de classe?

“... o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato (...) O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista”. (LENIN, 1988, p. 113-114).

Questões como estas devem ser analisadas com muita atenção e fundamentá-las em pesquisas, pois o importante nesse momento histórico é acumular forças, seja camponês, seja assalariado, desde que esteja em luta contra o capitalismo e dispostos a fortalecer a classe trabalhadora. Para Lênin (1988), esse processo significa o fim do campesinato, é claro que ele estava falando do campesinato russo. Não sabemos se na atualidade isso significa o fim do campesinato, mas com certeza esse processo transforma as relações de trabalho no campo e recoloca os posicionamentos das classes. Portanto, aprofundar o conhecimento através da pesquisa pode ser o caminho para entender as contradições do capitalismo contemporâneo e como isso influencia as relações existentes entre o trabalho camponês e o trabalho assalariado nos territórios da reforma agrária.

Algumas reflexões de Marx sobre o campesinato

Na efervescência da luta de classes na Europa durante os séculos XVIII e XIX, destacou-se a classe operária em seus enfrentamentos cotidianos contra a monarquia/nobres/burgueses, através de lutas importantes de consolidação da classe trabalhadora. Os camponeses, em um primeiro momento, exerceram um papel destacado, demonstraram sua força no movimento revolucionário e contra revolucionário daquele contexto.

Vale lembrar que nesse momento histórico a população da Europa era basicamente rural, uma sociedade cheia de contradições com interesses em disputa, na qual as forças sociais estavam em movimento permanente de busca de afirmação enquanto sujeitos. Dessa forma, a disputa das classes ainda em transição e se definindo, foram se firmando a partir de seus interesses.

Na obra 18 Brumário, Marx analisa a condição de classe dos camponeses franceses:

“Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”. (MARX, 1988, P. 115).

Constata-se, portanto, que os critérios utilizados por Marx para definir os camponeses são:

- a) Suas condições econômicas diferenciadas do restante da população. Marx estava diferenciando as relações econômicas dos camponeses pela sua relação com a agricultura e com a propriedade privada da terra, ou seja, os camponeses normalmente têm um meio de produção, que é a terra, por isso produzem alguns alimentos vindos do seu trabalho. A diferença é grande em relação aos trabalhadores das cidades, que não são donos de nenhum meio de produção e para reproduzirem como tal precisavam vender sua força de trabalho, seu único bem. Ou seja, precisam encontrar alguém que lhes pague um salário, o que parece simples, porém para os trabalhadores das cidades conseguirem um trabalho, na maioria das vezes é um grande desafio.
- b) Nesse contexto os camponeses construíram seu próprio "modo de vida", suas relações com os senhores, suas formas de organizações com grande influência do feudalismo e de valores religiosos, mantinham-se as formas de trabalho, grande parte dos camponeses tinham características herdadas dos servos e das glebas, isto é, trabalhadores com sua forma de vida dependente da estrutura social daquele contexto, mesmo que não fossem escravos, tinham dificuldades em abandonar seus lotes de terra e se tornarem assalariados. O período entre a revolução francesa (1789) e a revolução de

1848, foi marcado pelas disputas das formas de propriedade, ou propriedades estruturadas em processo de concentração e expulsão dos camponeses de seus pequenos lotes de terra.

c) Os interesses dos camponeses historicamente estiveram centrados na propriedade privada da terra, mesmo que sua função fosse diferenciada da grande propriedade. Os interesses dos camponeses nesse contexto reforça claramente essa questão, pois em um primeiro momento houve uma aproximação com as lutas proletárias, mas os interesses dos proletários na maioria das vezes foram de distribuição dos meios de produção. Na revolução francesa, ficou claro que os interesses camponeses eram outros, e na medida em que sua prioridade era manter a propriedade privada a luta dos proletários ameaçava seus interesses, razão pela qual acabaram por se aproximarem dos interesses da burguesia em crescimento¹².

d) Sua cultura. Todas essas relações particulares levantadas a partir de relações de trabalho no campo construíram uma "forma de vida", de relações sociais e culturais muito específicas. Muitas vezes, esse isolamento provocou a constituição de culturas singulares e limitadas a territórios específicos. O modo de vida camponês no contexto histórico de Marx estava em transição, pois o feudalismo havia se desmoronado e o capitalismo estava se consolidando, foi um momento histórico de passagem de um modo de produção para outro, e a maioria da população era camponesa.

Nesse sentido, afirmava Marx (1988) que quando “milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe”. Esse processo de isolamento das outras lutas nesse período, fez com que a classe camponesa se firmasse em oposição à forma de vida dos trabalhadores assalariados. Poderíamos afirmar que os camponeses se firmaram como classe em oposição ao modo de vida dos trabalhadores proletários, pois tinham a terra como meio de produção.

É importante destacar que na maioria das vezes os interesses dos camponeses se aproximam muito mais dos interesses da nobreza e da burguesia, pois no seu imaginário estão as relações da propriedade privada como meio de produção, portanto, se opõem aos interesses do proletariado, que não detém nenhum meio de produção. Marx (1988)

12 Ver Marx. 18 brumário.

complementa que “na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”.

Podemos concordar ou não com esses elementos, se os camponeses vivem isolados em sua pequena propriedade, não mantêm relação com a comunidade, suas relações sociais se dão somente na família, quando muito com um vizinho, seu nível de sociabilidade fica limitado e sua compreensão, mais limitada ainda. Esse camponês encontra enormes dificuldades de conviver e viver em comunidade, e quanto mais isolado da comunidade, menor sua consciência de classe. Portanto, percebe-se que nos territórios da reforma agrária, os camponeses que se isolam, reproduzem exatamente esta situação, enquanto que os camponeses que convivem nas comunidades e participam do processo de luta, ampliam sua visão de mundo compreendendo melhor as contradições que os enredam e tornando sua consciência de classe mais aguda.

Marx deixa claro que, quando o camponês vive isolado, sem ligação com qualquer comunidade exterior à sua, ele é apenas indivíduo e não classe. Ou seja, viver no campo não significa possuir identidade ou sentido de pertencimento à classe camponesa. O mesmo acontece com o proletariado, pois viver na cidade e ser assalariado não significa reconhecer-se no proletariado. Podemos levantar questões para pensar: como o trabalhador pode ter consciência de classe? Quais os desafios que o trabalhador enfrenta para ter consciência de classe? Por que alguns trabalhadores, mesmo fazendo o mesmo caminho, não têm consciência de classe? Essas perguntas são importantes, pois nos ajudam nas reflexões e interpretações atuais dos sujeitos do campo, assim como na compreensão da classe trabalhadora mais ampla. De fato, precisamos ter claro quem são os sujeitos do cenário atual da luta de classes.

“A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados”. (MARX, 1988, p. 252).

A separação entre os trabalhadores e a propriedade, das condições de realização do trabalho, é base para a produção capitalista. No momento em que garante e reproduz essa separação de forma crescente, cria a relação-capital¹³. Esse processo transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção do capital, e por outro, os produtores em trabalhadores assalariados.

Essa relação complexa se coloca como central nos dias atuais, principalmente quando precisamos reler as contradições do mundo do trabalho com o desafio de entendê-las teoricamente, buscando construir formas de atuação política consistente e capazes de se opor radicalmente ao capital. Essas relações perpassam o conjunto dos trabalhadores, sejam eles operários, camponeses, informais e/ou autônomos. A relação-capital, pouco entendida teoricamente, muitas vezes não é levada em conta nas análises conjunturais e estruturais do capitalismo atual.

“Cumpro pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de controle da reprodução sociometabólica. Esse é o seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é também uma entidade material, mas muito além disso, o capital penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade”. (MÉSZÁROS, 2007 pg-68).

Se olharmos para as relações de trabalho no campo, podemos ter leituras diferenciadas da realidade, diversas interpretações das mesmas contradições. O aspecto central para entender a luta de classes no campo é perceber dialeticamente o movimento das transformações da realidade e da luta de classe, das contradições existentes entre camponeses, assalariado e a burguesia agrária. Assim, podemos entender historicamente as relações hegemônicas do capitalismo na agricultura brasileira e confrontá-las com a classe trabalhadora, sejam camponeses e/ou assalariados. Caso contrário, não entendemos que a totalidade capitalista está entrincheirada também nas relações de trabalho no campo. Muitos desses trabalhadores sejam eles, assentados e/ou camponeses, não se percebem como sujeitos em movimento, não se percebem como classe, a maioria não se realiza com seu próprio trabalho.

13 Ver Mézáros. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico, pg 66.

“Os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção”. (MARX, 1988, p.99).

Marx tenta simplificar a explicação das classes sociais na referência acima, mas não deixa claro onde estão os camponeses. Podemos interpretar e reforçar que os trabalhadores, que tem simplesmente a força de trabalho são os operários assalariados, independentemente de serem do campo ou das cidades. Podemos afirmar que os proprietários de capital são a burguesia capitalista, as transnacionais do agronegócio. E os proprietários de terras, quem são? Os latifúndios? Como ficam os camponeses nessa tipologia? Como podemos diferenciar os pequenos dos grandes proprietários de terras?

Parece que essas questões continuam atuais. Porém, precisamos fazer um esforço teórico-metodológico para entender as particularidades do campo e como essas forças se estruturam na atualidade. Se analisarmos o Brasil de hoje a partir das explicações de Marx, poderíamos definir as relações sociais no campo do seguinte:

a) Proprietários de capital: a burguesia transnacionalizada representante dos setores agrário, industrial e financeiro, proprietária dos meios de produção, terras, sementes, máquinas, armazéns, beneficiamento, transporte, distribuição, hoje conhecida pela implantação do agronegócio fortemente impulsionado por políticas do Estado brasileiro. O capital financeiro tem o domínio do projeto hegemônico desta classe que controla de modo absoluto o sistema produtivo da agricultura no país e não está interessada em produzir para o mercado interno, mas sim para as exportações.

É importante destacar que nos últimos governos, essencialmente nos dois mandatos do presidente Lula, o agronegócio consolidou-se como um dos pilares da economia brasileira. Produtos como cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, eucalipto para produção de celulose, a grande produção de soja, de laranja e de carne, aumentaram o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. E, nesse mesmo período, o Brasil não só aprovou a produção de sementes transgênicas, como se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Essa classe, devidamente consorciada em torno de seus amplos interesses, atua de modo agressivo na desregulamentação de políticas voltadas para o setor visando à

facilitação da produção de *commodities*. Esse é caso recente da reforma do Código Florestal, onde se legitima a prática da grilagem e dá continuidade ao desmatamento de áreas de floresta e matas ciliares, incluindo a Amazônia brasileira. O próximo passo é uma revisão do Código da Mineração. A bancada ruralista, claramente defende a ampliação da fronteira agrícola como forma de ampliar seus lucros e intensificar a concentração da terra, da propriedade e da riqueza nas mãos de poucos.

b) Trabalhadores assalariados: Esses sujeitos não são proprietários dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, seu único bem, para o proprietário capitalista e compõem segmento fundamental do proletariado. Essa força de trabalho materializa a produção de riquezas das agroindústrias, das grandes empresas agrícolas vinculadas ao agronegócio. Temporariamente, são utilizados por médios e pequenos produtores (suficientemente capitalizados) que os empregam na colheita de frutas e corte de madeira/celulose (casos do nordeste, sul e sudeste); no corte da cana de açúcar (casos do centro oeste, sudeste e nordeste).

Aqui podemos incluir parte dos camponeses com terra e Sem Terra, assentados, que se metamorfoseiam, em alguns momentos, como trabalhadores temporários ou permanentes, no campo e na cidade, quase sempre informais e precários. Podemos destacar que os camponeses com pouca terra e os trabalhadores Sem Terra vivem todos esses processos.

Em função dessa situação, alguns assentamentos também estão sofrendo um preocupante esvaziamento, porque seus moradores convertem-se em trabalhadores assalariados em busca de uma renda maior no trabalho urbano, principalmente na construção civil e no trabalho informal. Esse processo vem ocorrendo nos assentamentos consolidados onde os sujeitos Sem Terra eram filhos de camponeses, arrendatários, meeiros, etc., trabalhadores que viviam historicamente do trabalho camponês, e, principalmente nos assentamentos novos onde os trabalhadores já viveram a condição de trabalhadores informais em condições muito ruins nas periferias das grandes cidades, voltaram para os assentamentos, no entanto, não conseguindo se consolidar como camponês voltam ao trabalho precário da informalidade.

A questão é se esses trabalhadores Sem Terra vão permanecer com seu lote de terra ou se vão definitivamente viver nas cidades, principalmente os trabalhadores jovens. Devemos levar em conta esse fator para nossas reflexões, pois, parece não existir contradições, entre ser camponês ou ser operário. Se considerarmos ambos pertencentes à

classe trabalhadora, parece um problema quando entendemos o camponês ou o operário como classes específicas. Percebam que na política e na luta nos tornamos mais fracos, o corporativismo se torna maior que o projeto estratégico.

A aliança campo e cidade historicamente fez parte dos processos revolucionários e com certeza é estratégico criar relações políticas e ideológicas que fortaleçam essa relação. Talvez hoje falte uma organização que aglutine o conjunto dos trabalhadores que vivem do trabalho, independentemente se camponeses, operários das fábricas ou trabalhadores dos outros diversos setores e da informalidade.

c) Proprietários de terras: Podemos fazer uma diferenciação entre os camponeses: 1) a pequena burguesia que desenvolve uma agricultura familiar capitalizada com posse de alguns meios de produção e tecnologia, e na qual podemos incluir parte dos assentados da reforma agrária. Esse grupo atua politicamente conforme a conjuntura. Em alguns momentos se alia ao agronegócio e em outros se alia ao proletariado. 2) Camponeses com terra e Sem Terra podem ainda ser considerados, em muitos casos, trabalhadores assalariados temporários ou permanentes.

Por último, afirmamos que existe parte do campesinato com consciência de classe, mesmo que possuam pequenas propriedades, esses estão vinculados às organizações populares e sindicais, participam das mobilizações e lutas sociais. Devemos destacar que os camponeses com consciência de classe são uma pequena parte, esses são o motor da luta de classes no campo. Esses sujeitos, formam sua consciência de classe e, na medida em que participam ativamente dos processos de lutas, assumem tarefas orgânicas nas organizações, fazendo parte dos processos de estudos realizados pelas organizações. Na maioria das vezes, esses camponeses não recuam ideologicamente e continuam praticando os valores humanistas e socialistas em suas relações cotidianas.

Campesinistas e descampesinistas

Depois de refletir sobre questões da realidade e perpassar rapidamente algumas questões colocadas por Marx em relação ao campesinato e às classes sociais, pretendemos agora analisar e refletir sobre questões que alguns pensadores trazem sobre o fim e a permanência do campesinato, sempre tentando buscar elementos teóricos nos clássicos.

Lênin analisou o capitalismo na Rússia (aliás, muito mais atrasado que o capitalismo ocidental) e como o desenvolvimento capitalista na agricultura foi se estruturando. Para isso, estabeleceu uma polêmica contra o populismo russo que acreditava na homogeneidade e na estabilidade da sociedade camponesa, aspectos esses, que seriam capazes de abortar o desenvolvimento capitalista do país. Realizou duras críticas a essa concepção e elaborou reflexões a respeito do assunto, que continuam atuais na pauta política. Afirmava que o desenvolvimento capitalista na agricultura transformaria o campesinato em proletários, e, para comprovar essa afirmação, desenvolveu um estudo detalhado do campo russo sobre o qual elaborou análises de fundamental importância. Por outro lado, Chayanov estudou as unidades econômicas de produção camponesas, tentando entender e resolver problemas locais da economia. Diferentemente de Lênin, não teve o interesse de estudar a economia nacional, nem mesmo relacionar os seus estudos particulares com a totalidade capitalista. A partir dessas análises, duas compreensões distintas e complexas surgem sobre o caminho percorrido pelos camponeses russos. Lênin elaborou sua análise afirmando que:

“... o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato (...) O campesinato antigo não se ‘diferencia’ apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (...) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados”. (LENIN, 1988, p. 113-114).

De fato, as relações internas do campesinato são contraditórias, sendo difícil encontrar uma teoria capaz de explicá-lo em sua totalidade, até porque as formas de trabalho que os camponeses desenvolvem são bastante diferentes, mesmo dentro de cada país. O campesinato antigo era composto pelos camponeses com características feudais e produção mercantil ainda existente na Rússia do início do século XX. Logicamente que, sob o modo de produção capitalista, eles deixariam de existir como tal, incorporando-se, de algum modo, ao novo processo de produção dominante: uns se tornariam donos dos meios de produção, e outros, venderiam sua força de trabalho. Estabelecer-se-ia um processo de desintegração do campesinato, onde os camponeses pobres deixariam de ser camponeses e

se tornariam proletários, assalariados temporários e permanentes, processo esse, que Lênin já considerava de proletarização.

Se o modo de vida camponês estava em um processo de desintegração, outras formas de trabalho e organização econômica, social, política, mais características do desenvolvimento capitalista na Rússia, assumiriam seu lugar. Lênin analisou esse momento histórico e concluiu que os camponeses feudais seriam substituídos pelo proletariado rural e pela burguesia rural, ou seja, alguns concentrariam mais propriedades, produziriam para a indústria e para o mercado, enquanto outros se tornariam assalariados, venderiam sua força de trabalho para a burguesia rural em troca de salários, e com isso poderiam consumir os produtos produzidos pela indústria. Esse processo seria desenvolvido de forma lenta e gradual, até que os camponeses acabassem e fossem substituídos totalmente pelos assalariados. Os camponeses seriam uma classe em transição, pequena parte dela atingiria a condição social de burguesia rural enquanto a grande massa se tornaria proletária, sendo parte dela formada de assalariados rurais e a outra de assalariados empregados na construção civil e na indústria capitalista.

“O proletariado rural (...) envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Esse novo ator social do campo russo, que se caracteriza pela venda de sua força de trabalho, de forma sistemática ou eventual, e possui metade dos estabelecimentos agrícolas. (...) possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo”. (LÊNIN, 1988, p. 116).

Os camponeses pobres, com pequenos pedacinhos de terra, aqueles com estabelecimentos ínfimos, possuíam metade dos estabelecimentos agrícolas na Rússia, esses colocavam seus estabelecimentos para arrendamento e trabalhavam como assalariados para a burguesia rural e para as indústrias. Esse novo sujeito social no campo, essa nova forma híbrida de trabalho no campo, um "camponês assalariado" com terra, mas buscando renda fora dela, (dono do meio de produção) se tornaria definitivamente um proletário e não mais um camponês, sua terra já arrendada seria adquirida pela grande burguesia.

Desse modo, quais serão as consequências dessas relações de trabalho no campo (que, aliás, não é nova), sobre o sujeito camponês assalariado vivendo nos territórios da reforma agrária? A tendência é resistir como camponês? Ou se tornar proletário? Estas

questões fazem parte de um processo em andamento, continuam sem respostas e as reflexões permanecem abertas. Mas, o mais importante é identificar qual o papel desses sujeitos nos processos das lutas populares e qual projeto é capaz de combater radicalmente a lógica do capitalismo. No mesmo contexto histórico, o principal representante do populismo russo afirma que:

“(...) a unidade econômica campesina elege para a realização de sua força de trabalho as oportunidades da agricultura e das atividades agrícolas que lhe garantem na totalidade, remuneração mais alta por unidade de produção familiar”. (CHAYANOV, 1974, p. 14).

O aspecto central da teoria de Chayanov está na afirmação de que a unidade de produção familiar agrícola é regida por princípios diferentes da unidade de produção capitalista, tem uma relação de estranhamento à lógica do capital. Ele faz um frequente balanço entre o esforço realizado pelo trabalho do camponês e a satisfação das necessidades da família, condicionando o trabalho às necessidades. A extensão das terras cultivadas será essencialmente pela força de trabalho da família, não pela contratação de mão de obra.

Baseados nesses argumentos, os defensores do campesinato defendem que os camponeses não reproduzem relações capitalistas porque não contratam trabalhadores assalariados e sua produção não é para o mercado capitalista. A produção camponesa apenas atende às necessidades das famílias, o excedente é guardado para garantir o alimento para os anos seguintes. Aqui se aplica a forma M-D-M e, talvez, essa realidade fosse comum no campo russo no início do século XX.

“El campesino no tiende a sobrepasar un límite fijado por ciertas necesidades y del cual depende el grado de explotación de su fuerza de trabajo; si hay excedente el equilibrio se restablece mediante una reducción, en siguiente año económico, del desgaste de energía. El campesino es uno conservador. La economía campesina es uno modo de producción en el mismo nivel que los modos de producción esclavista e capitalista”. (CHAYANOV, 1974, p. 18).

A economia agrícola familiar está equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de produtos que se transformam em bens de uso. A estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível impor a estrutura capitalista de produção nesse tipo de economia. Não é possível distinguir a renda da terra, salário ou remuneração do capital investido, sendo a renda obtida pela família um todo indivisível, e, portanto, sendo o trabalho desenvolvido pela família algo diferente, tanto da atividade do capitalista, quanto da atividade do proletário. Na verdade, o camponês não faz a distinção da renda, salário, trabalho e o capital investido, porém, essa diferenciação existe, está inserida na realização do trabalho e da produção camponesa.

A defesa da especificidade do modo de produção camponês permanece viva nas elaborações teóricas dos campesinistas até recentemente.

“(…) Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho da família. Enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passa a ter, para a família, um valor decrescente”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 06).

Outro elemento importante da teoria de Chayanov, retomado por Abramovay, é a questão das necessidades de consumo da família camponesa, uma vez que, preenchidas suas necessidades, o camponês passaria a trabalhar menos. Essa questão importante levantada pelo autor, permanece como base para a defesa da economia camponesa e das relações não capitalistas do campesinato, pois nela não se produz mercadorias. Hoje, é notável que esse argumento não é real, porque o camponês atual não consegue autonomia em relação ao mercado, ele precisa criar um excedente do que produz a fim de obter outras mercadorias que necessita para a reprodução da família camponesa. Direta ou indiretamente, o modo de produção capitalista hegemônico acaba por incidir sobre as relações de trabalho dos camponeses. É possível que em alguns locais isolados ainda possam existir comunidades alheias às influências do capitalismo, mas as exceções não podem ser generalizadas, mesmo que esse seja um exemplo importante de resistência.

No entanto, é importante ressaltar que isso acontece na teoria, essencialmente porque no cotidiano dos movimentos dos trabalhadores do campo, as relações de trabalho

e produção, como luta pela sobrevivência e pelos sujeitos que vivem do trabalho, vem assumindo a dianteira. O movimento dialético da história, com todas as suas contradições, vem trazendo mudanças profundas sobre o modo de vida camponês e dado razão às análises desenvolvidas por Lênin. Só o tempo responderá tantas questões que hoje imaginamos, porque a realidade na maioria das vezes é muito mais rápida e sempre está na frente das diversas teorias.

O modo de produção capitalista cria necessidades de consumo de forma permanente em todos os trabalhadores, sejam eles do campo ou das cidades. Nos territórios da reforma agrária não são diferentes, aliás, em sua grande maioria reproduzem também relações capitalistas de produção, sobretudo no momento em que reproduzem a lógica do agronegócio. É evidente que a reprodução do modo de vida burguês está presente no conjunto da sociedade e não somente nos territórios da reforma agrária. Chayanov, ao citar Marx, reforça esse argumento afirmando que:

“El tanto, el campesino está inmerso en relaciones de mercado, nuevas necesidades son creadas continuamente de varias formas. La producción mercantil simple nunca alcanza a constituirse en un modo de producción dominante y como tal puede estar presente y desarrollarse bajo diferentes modos de producción. Es un jugador oportunista”. (CHAYANOV, 1974, p. 18).

Shanin (1979) traz para discussão a forma como o conceito de campesinato opera dentro do processo de produção do conhecimento da sociedade e os problemas que o uso desse conceito pode trazer, quando usados fora do contexto histórico. O que permanece na realidade, em condições diferenciadas, é camponeses empresariais envolvidos com relações de trabalho capitalistas, e, em alguns lugares isolados, levando em conta as diferenciações regionais, o campesinato resiste enquanto identidade e com algumas experiências autônomas.

“Los términos fuera de contexto y los expresan generalizaciones en períodos históricos concretos tienen la desagradable costumbre de convertirse en reificaciones de la realidad, o peor aún, en manipulaciones conscientes de hábiles políticos y académicos en busca de prestigio. En efecto, los campesinos no pueden ser comprendidos o ni siquiera descritos de manera apropiada fuera de su escenario societal general, y lo mismo puede decirse del contexto histórico”. (SHANIN, 1979, p. 11).

Mesmo com toda resistência camponesa, parte importante desse segmento continua migrando para as cidades de forma lenta e gradual intensificando o processo de proletarização que atinge o setor. Sobre a questão é importante saber reconhecer esse imperativo movimento das mudanças impostas às formas de trabalho e conseqüentemente da constituição da classe no campo. Na medida em que ficamos somente na defesa da identidade em ser camponês, não acumulamos para a luta da classe trabalhadora, pois olhamos somente um lado da moeda e não articulamos ações que reforcem as bandeiras da classe.

É importante ressaltar que os camponeses, nesse momento histórico, não servem somente como "exército de reserva" para o trabalho no campo, aumentam as fileiras de trabalhadores informais nas periferias, estão sempre em prontidão para atenderem e suprirem as necessidades dos trabalhos formais, o camponês que migra para as cidades, na sua maioria, se insere nos trabalhos informais e temporários.

“Los campesinos sirven al desarrollo capitalista de una forma menos directa, una especie de “acumulación primitiva” permanente, ofreciendo trabajo y alimentos baratos y mercados de bienes con los que obtener seguros beneficios. Los campesinos persisten mientras, de una forma gradual, se transforman y relacionan con la economía capitalista que les envuelve, adentrándose en lo mas íntimo de su ser”. (SHANIN, 1979, p. 20).

Cabe salientar que os camponeses que resistem no campo não estão alheios, mas inseridos e servindo ao desenvolvimento capitalista. Permanecem oferecendo trabalho e alimentos baratos, condição que denuncia exploração pela lógica do capital. Reforçando o que já dissemos acima, destacamos que, de um modo ou de outro, os camponeses são obrigados a se relacionar com a economia capitalista, que influencia de forma íntima a lógica do camponês. Neste sentido, mesmo que não contratem trabalhadores assalariados, as unidades de produção familiares mantêm a lógica da propriedade privada, reproduzem a cultura do individualismo e do consumismo e produzem mercadorias para as grandes empresas capitalistas. Os valores capitalistas estão presentes nos camponeses como em qualquer outro trabalhador.

“Esta posición supone que el excedente generado en el sector minifundista y extraído por la economía capitalista es cuantitativamente significativo, y por tanto necesario para la supervivencia de una

agricultura capitalista. Según esta argumentación, la agricultura capitalista procurará regenerar continuamente al sector minifundista allí donde el proceso de expansión capitalista en la agricultura tienda a eliminarlo.(...) el permanente conflicto de clases rurales entre los monopolistas de la tierra y los campesinos amenaza a estos últimos con el despojo de sus tierras para garantizar la supervivencia y para reforzar la posición monopolistas de aquéllos. Por otro lado, los monopolistas procuran reconstituir o regenerar el campesinado, también para garantizar su supervivencia y la lucratividad de sus empresas y del sistema”. (FEDER, 1977, p. 1441).

Ernest Feder, alemão, estudioso do campesinato mexicano e latino americano, mesmo não aceitando os argumentos dos campesinistas, analisa o processo de regeneração do campesinato, onde ocorre nas zonas de cultivo marginais. Nesses casos, os camponeses podem reproduzir-se e continuam produzindo o excedente extraído, mediante o funcionamento do sistema capitalista para assegurar e reproduzir-se na lógica capitalista. Podemos interpretar que os camponeses vão sendo empurrados para as terras de pior qualidade e em locais muito distantes dos centros urbanos, como ocorreu em vários países latino-americanos. Com o isolamento dos camponeses, os latifúndios monopolistas concentram ainda mais a propriedade da terra.

“Podría pensarse que, como los campesinistas consideran a la regeneración del campesinado una parte integrante del proceso de expansión capitalista, la teoría, si es coherente, debería aplicarse no solamente a las economías agrícolas capitalistas subdesarrolladas y dependientes, sino también a las naciones industrializadas. Nuestros campesinistas verían sin duda una prueba de la exactitud de su teoría”. (FEDER, 1977, p. 1441).

Com toda importância que tem a resistência e a luta de classes no campo, os camponeses quase sempre são os perdedores, e, mesmo que exista um processo de lutas para regenerar esses sujeitos, os resultados positivos são pequenos e não se sustentam em longo prazo, pois muitos, na medida em que reproduzem as relações capitalistas, entram numa concorrência desigual no mercado, fator que os leva a arrendarem suas terras para empresas agrícolas e se assalariarem, muitas vezes na própria empresa. Mesmo que os campesinistas considerem a regeneração do campesinato como parte integrante da expansão do capitalismo é difícil sustentar-se quando o capitalismo se desenvolve no campo. Podemos dizer que em regiões onde o capitalismo se desenvolveu com mais

rapidez, o processo de proletarianização ocorreu de forma mais rápida, e, onde o capitalismo está mais atrasado, os camponeses resistem.

“Los campesinos resultan marginados, decreciendo la importancia de la agricultura campesina en la economía nacional. Además, el más lento crecimiento de su producción la convierte en un remanso estancado dentro de la corriente veloz de la economía del país. Algunos tipos de unión con el capitalismo para la estabilización de algunas características campesinas específicas era cada vez más y mejor percibida y aun destacada como una de las posiblemente más importantes pautas de transformación de la agricultura campesina contemporánea”. (SHANIN, 1974, p. 28).

É possível que os camponeses sejam capazes de produzir a força de trabalho a um custo menor para a economia capitalista que outros setores. Neste sentido, o setor moderno capitalista tem interesse em manter o camponês ou mesmo recriar o trabalho camponês e a economia camponesa capitalista, desde que essa seja subordinada à lógica do capital. Se analisarmos a reforma agrária realizada no capitalismo, notamos que esta se inclui nessa perspectiva funcional, pois continua subordinada e inserida no modo de produção capitalista e contribui com a produção de mercadorias sob o controle do capitalismo. Quando esse processo ocorre, os camponeses se tornam conservadores e não se percebem enquanto classe camponesa, mas enquanto proprietários de terras assumindo a identidade da burguesia agrária. Feder analisa que:

“Los campesinistas presentan una muy amplia variedad de puntos de vista políticos. Lo que presen tener en común es no solo la convicción de que el sistema necesita al sector minifundista, sino también la de que las medidas económicas y políticas para preservarlo o aumentarlo son necesarias y eficaces y, por tanto coherentes con la expansión capitalista en la agricultura”. (FEDER, 1977, p. 1444).

Se a burguesia necessitar dos camponeses como um amortecedor político, encontrará os meios econômicos para preservá-los e recriá-los, criando assim, uma base econômica e política a esta aliança de classe. Se o agronegócio necessitar dos camponeses para qualquer questão política e econômica, com certeza irá construir mecanismos para subordiná-los. Neste sentido, podemos destacar a lógica da agricultura familiar inserida no projeto econômico da burguesia agrária, através da qual, os camponeses reproduzem economicamente o agronegocinho, apenas porque são minifundistas, pois caso tivessem

mais terra estariam envolvidos com o agronegócio, ou seja, ideologicamente se comportam como latifundiários/capitalistas.

“...los descampesinistas sostienen que los minifundistas están en vías de desaparición y que la eliminación o la extinción de los campesinos por parte del capitalismo supone su transformación en asalariados sin tierra, es decir, en un proletariado rural en sentido estricto, también puede decirse que los descampesinistas pertenecen a la escuela de los proletaritas”. (FEDER, 1977, p. 1443).

Os camponeses não desapareceram conforme Lênin e os descampesinistas afirmavam, mas também os camponeses que resistem, em sua maioria reproduzem relações capitalistas, contradizendo com a tese de Chayanov e dos campesinistas. Esses camponeses se diferenciam ainda hoje com algumas características próprias, alguns se tornam empresários familiares, reproduzem relações capitalistas e muitos se tornam assalariados e migram para as cidades. De fato, se analisarmos as últimas duas décadas, a diminuição dos camponeses é verdade consumada, mesmo com todo o processo de luta pela reforma agrária e pela recamponização.

Não podemos entender o campesinato no Brasil se não analisarmos seu papel histórico. Mas, o problema principal de algumas elaborações intelectuais é que, além do fato de estarem muito distantes da realidade do campo e transportarem as teorias baseadas nas especificidades de alguns países, tentam encontrar aqui o tipo de camponês ideal sem levar em conta o desenvolvimento histórico de cada país, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.

Esse processo de transposição mecânica da teoria para a realidade configura-se como antidialético e positivista, sendo essa talvez a causa dos embates sobre o conceito de campesinato. Essa lógica de análise formal tem como base a herança da filosofia medieval, onde não é possível analisar as contradições como processo.

Outra questão de importância para nossa discussão é saber se é possível articular os interesses de camponeses e proletários na luta contra o capital. Segundo campesinistas e descampesinistas, isso não é possível, pois a classe camponesa e a classe operária disputam entre si quem são os melhores sujeitos na luta política, parece uma partida de futebol, onde um quer se sobrepor ao outro. Para Marx, o verdadeiro antagonista do capital é o

proletariado, o camponês era antagonista do senhor feudal. No capitalismo, ele pode aliar-se com a burguesia ou com o proletariado, ele não é uma classe para si.

Portanto, é fundamental fazer o debate da classe trabalhadora, não somente classe camponesa ou classe operária. Na medida em que ampliamos a compreensão de quem são os sujeitos que compõem a classe trabalhadora, podemos acumular na luta contra o capital, contra a exploração dos trabalhadores que vivem no campo e nas cidades. A definição de classe trabalhadora citada abaixo poderia contribuir para superar o antagonismo entre campesinistas e descampesinistas.

“A Classe Trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva, a polissemia do trabalho, requer que consideremos como parte integrante: o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; o conjunto dos trabalhadores que lutam pela terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc. (THOMAZ JUNIOR, 2001, p. 08).

Porém, para que essa elaboração teórica seja efetivada na prática, na luta contra o capital, o camponês e o operário precisam passar por um processo de desconstrução teórica, política e na prática das relações de trabalho, pois a partir do momento que superamos essa dicotomia e ampliamos nosso conceito de classe trabalhadora (ao invés de classe camponesa ou classe operária), podemos juntar forças e lutar contra todos os exploradores.

Para concluir, retomo a ideia central desse ensaio. O processo de proletarianização dos camponeses se dá de forma lenta e permanente e depende do nível do desenvolvimento capitalista na agricultura, que varia de acordo com a região ou país. Não há problema em ser camponês ou operário, independentemente do território em que o trabalhador viva de seu trabalho, se o camponês e o operário não fazem lutas de forma direta contra o capital, estão inseridos na lógica capitalista. Essa realidade faz o problema ser maior.

Portanto, a luta contra a exploração capitalista deve ser feita por todos aqueles que são explorados, sejam no campo ou nas cidades, por isso a compreensão ampliada da classe trabalhadora é estratégica para o acúmulo de forças na luta contra o capital.

Referências Bibliográficas

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Volume I – Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R Kothe. Editora Nova Cultura, SP, 1988.

_____ **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.

CHAYANOV, V. A. **La organización de la unidad económica campesina**, Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

KAUTSKI, K. **A Questão agrária**. Apresentação de Moniz Bandeira. Gráfica Editora Laemmert S.A, RJ, 1968.

LENIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: processo de formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. Volume I e II. Tradução de José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. Editora Nova Cultural, 3. Ed. São Paulo, 1988. Os economistas.

_____ **La alianza de la clase obrera y el campesinado**. Buenos Aires, 1960.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. O socialismo do século XXI.. (tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim). São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

FEDER, E. **Campesinistas y descampesinistas**. Comercio exterior, vol. 27. 12, México, diciembre de 1977, pp. 1439-1446.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Ed. Vozes, 1981, RJ.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001. - Caminhos da Geografia.

KAY, Cristóbal. **Pobreza rural en América Latina**: teorías y estrategias de desarrollo. Revista Mexicana de Sociología 69, num. 1 (enero-marzo, 2007): 69-108. México, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da

Unicamp, 2008, p. 173-224.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

THOMAZ, JUNIOR, A. **Por uma geografia do trabalho**. IV Cólóquio internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002c, disponível em: WWW.ub.es/gecrit/c4-athoj.htm

_____. **Se camponês, se operário!** Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. Geografia e Trabalho no século XXI, Volume II. Presidente Prudente, 2006.

_____. **A (des)ordem societal e territorial do trabalho**. (Os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. ; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa amarela/Paz e Terra, 2004b. São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004. p.71-85.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

_____. **Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade e Emancipação!** In: ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (orgs.). (Volume VI). *Geografia e Trabalho no Século XXI*. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011. p.5-28.

_____. **Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil!** (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, Revista da ANPEGE, V.7, Nº 1, 2011. p. 307-329.